AS DIFICULDADES DO TRABALHO DOCENTE: O CASO DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA

Alexandre Evangelista Valva, Instituto Federal de Minas Gerais.

Cecilia Félix Andrade Silva, Instituto Federal de Minas Gerais.

Hugo Emmanuel da Rosa Corrêa, Instituto Federal do Paraná.

Eixo 09 - Formação e profissionalização docente.

prof.alexandrevalva@gmail.com, cecilia.andrade@ifmg.edu.br, hugo.correa@ifpr.edu.br.

RESUMO

O presente artigo, construído nas aulas de Pesquisa em Educação, do mestrado em Ensino de Geografia do Instituto Federal de Minas Gerais, investiga os desafios enfrentados por professores de Geografia que atuam na educação básica ao longo das últimas duas décadas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho interpretativo, que utilizou entrevistas semiestruturadas e questionários como instrumentos de coleta de dados, complementados por levantamento bibliográfico. O referencial teórico fundamenta-se nos conceitos de saber docente, avaliação e aprendizagem. Os resultados indicam a precariedade estrutural das escolas públicas, manifestada na ausência de recursos cartográficos atualizados, salas inadequadas, falta de laboratórios e insumos básicos e privação de tecnologias digitais. A indisciplina constitui o principal desafio, frequentemente associada às dificuldades de leitura e escrita e à heterogeneidade das turmas, especialmente no 6º ano do ensino fundamental. Conclui-se que as dificuldades do trabalho docente em Geografia expressam contradições estruturais do sistema educacional brasileiro, exigindo rearticulação de políticas públicas que garantam condições materiais e formativas para a efetivação de uma educação geográfica crítica e problematizadora.

Palavras-chave: Ensino de geografia. Saberes docentes. Aprendizagem.

1. Introdução

O trabalho de professores de Geografia que atuam na educação básica passa, ao longo das últimas décadas, por uma série de desafios diante das recentes transformações nos documentos normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG). Estes desafios relacionados ao processo formativo e às dinâmicas do próprio trabalho docente são temas de diversos estudos nos últimos anos.

Mesmo que esta discussão seja central no processo de ensino-aprendizagem, ainda há uma escassez de discussões aprofundadas sobre a percepção dos professores sobre a realidade da sala de aula, incluindo aqui a relação entre o que foi aprendido na formação inicial e os desafios que de fato ocorrem na prática.

Para orientar esta discussão, tomamos como base as ricas contribuições construídas durante as aulas da disciplina de Pesquisa em Educação, do mestrado profissional em Ensino de Geografia, e consideramos necessário compreender conceitos centrais que orientam a prática pedagógica, como as definições de saber docente, aprendizagem e avaliação.

Usaremos a definição de saber docente, proposta por Tardif (2007) que define este conceito como um amálgama plural, temporal e heterogêneo de conhecimentos oriundos da formação profissional, dos currículos e, principalmente, da experiência cotidiana, que constitui o alicerce da competência profissional, dando forte valor para o que chamamos de saber experiencial.

De acordo com Hoffmann (1993) a avaliação é um procedimento indissociável do ensino, de caráter diagnóstico e formativo, cujo propósito é verificar o progresso dos estudantes para fornecer informações que permitam a reorganização do fazer pedagógico. O ato de avaliar, em nossa compreensão, deve ser contínuo à aprendizagem, entendida aqui como um processo coletivo, construído por meio da interação entre pessoas e o mundo (FREIRE, 1987).

Nosso objetivo neste trabalho é, por meio de uma pesquisa qualitativa com uso de entrevistas e questionários e de um levantamento bibliográfico, compreender os desafios enfrentados por professores de geografia que atuam na educação básica nos últimos 20 anos no estado de Minas Gerais.

2. Metodologia

A pesquisa sobre as dificuldades do trabalho docente no ensino de Geografia é uma pesquisa qualitativa de cunho interpretativo, uma vez que este modelo permite uma abertura para interpretações subjetivas e flexíveis de fenômenos contextuais e interacionais, ação proposta pela disciplina.

Conforme Duarte (2004), o caráter qualitativo de uma investigação é conferido pelo referencial teórico-metodológico eleito para a construção do objeto e para a análise do material coletado no campo, sendo uma estratégia fundamental para compreender a lógica das relações que se estabelecem no interior de grupos sociais específicos.

Conforme orientação da disciplina e para conferir maior abrangência à investigação, a utilização do questionário virtual como ferramenta permitiu gerar dados necessários para atingir os objetivos da pesquisa de forma não impositiva. O questionário foi elaborado pelo autor com oito perguntas objetivas e duas questões abertas.

O uso do questionário tem como justificativa garantir uma ação exploratória sobre os desafios enfrentados por professores de Geografia em escolas públicas. A viabilidade de realizar a sondagem de forma online tem como base tanto a garantia de abrangência quanto permitir menor contato pessoal e “constrangimento” durante o processo de resposta, fatores que o pesquisador percebeu terem influência durante as entrevistas.

Melo e Bianchi (2015) destacam que a elaboração cuidadosa das perguntas é uma etapa crucial para que o instrumento cumpra seu papel de revelar, da melhor forma possível, a realidade dos fatos dentro do alvo do estudo proposto. Conforme apontado por Bastos et al. (2023), o questionário virtual oferece benefícios como o maior alcance geográfico e a conveniência para o respondente, o que auxilia na sistematização de resultados e na identificação de padrões de comportamento nas evidências coletadas junto à categoria docente.

Após a aplicação do questionário, utilizamos como instrumento central de coleta de dados a entrevista semiestruturada, uma escolha metodológica adequada por organizar-se em torno de um conjunto de questões abertas previamente delimitadas, permitindo que novos questionamentos surjam conforme o diálogo se desenvolve.

A entrevista semiestruturada foi utilizada pelo pesquisador, pois, de acordo com Silva, Oliveira e Salge (2021), esta metodologia propicia um ambiente de diálogo e de trocas, o que facilitou a coleta de dados nesta investigação, tendo como base um roteiro-guia que não era rígido, pois oportunamente, durante sua realização, podiam-se incluir novos questionamentos, mas nunca perdendo os objetivos da investigação.

Segundo Batista, Matos e Nascimento (2017), a entrevista é uma técnica que valoriza o uso da palavra para que os atores sociais construam e deem sentido à realidade que os cerca, sendo especialmente útil para obter dados subjetivos relacionados a atitudes e opiniões. Para o aprofundamento das questões, entrevistamos dois professores, um de ensino médio e um de ensino fundamental; ambos já haviam contribuído como respondentes dos questionários.

Por fim, o uso tanto dos questionários quanto da entrevista semiestruturada, em se tratando da pesquisa em educação, com abordagem qualitativa, é uma boa opção porque se leva em consideração a natureza humana de todos/as envolvidos/as no processo de investigação, que são sujeitos sócio-histórico-culturais (Silva, Oliveira e Salge, 2021).

3. Aprendizagem, saber docente e avaliação.

No universo de professores pesquisado, identificamos que 80% dos respondentes dos questionários têm mais de dez anos de sala de aula, um número que mostra o envelhecimento dos professores e a dificuldade já sentida até em grandes centros de atrair jovens para a licenciatura em geografia.

Por volta de 75% dos entrevistados atuam no ensino fundamental, anos finais, em escolas públicas, em Minas Gerais, em alguns casos específicos em redes estaduais e municipais não localizadas em Minas Gerais. Embora alguns professores também atuem em escolas privadas, o foco do levantamento foi a realidade da escola pública.

Por se tratar de escolas públicas, identificamos, por meio dos questionários, problemas já conhecidos na realidade brasileira, como falta de recursos ligados à geografia, como mapas atualizados e globos terrestres (35%), salas de aula inadequadas com problemas de espaço, iluminação e circulação de ar (25%), ausência de laboratórios e até recursos básicos como papel e caneta para quadro branco, que juntos foram apontados por 30% dos respondentes como principal problema relacionado à infraestrutura. A falta de investimento em infraestrutura também aparece quando 67% dos respondentes apontam que não têm acesso a computadores com internet e projetores nas escolas em que lecionam.

Na tabela abaixo aparecem agrupados os principais problemas apontados como estruturais pelos respondentes nas entrevistas e perguntas abertas do questionário. Usamos esta organização inspirados em Helena Callai (2011).

Responsabilidade das famílias	Responsabilidade da gestão escolar	Responsabilidade do Estado

Pouco cuidado com material/ falta de acompanhamento das atividades/ pouco interesse pelas reuniões/ não responsabilização dos alunos/falta de expectativa para a vida profissional/ exigências que ultrapassam o papel da escola/	Dificuldade na gestão de conflitos/ atuação emergencial em situações de violência/ falta de planejamento/ falta de comunicação clara e efetiva/ falta de apoio para atividades externas/indisciplina/ falta de computadores para realizar pesquisas/ falta de reuniões coletivas	Baixo investimento em formação continuada/ disponibilização de livros a cada quatro anos/ pouco incentivo para estudos individuais/ turmas lotadas/ pouco investimento nas escolas/ salários abaixo do piso/

Fonte: elaborado pelos autores

Além das lacunas presentes na formação inicial durante a licenciatura, identificamos entre os respondentes que 73% nunca participaram de ações de formação continuada ou não foram incluídos em ações com esta finalidade nos últimos 5 anos. De acordo com Girotto e Mormul (2019), estamos distantes da construção de uma carreira docente que incorpore como elemento central do trabalho docente a formação continuada.

Para 85% dos docentes, o maior desafio do trabalho docente atualmente é lidar com a indisciplina, muitas vezes relacionada com as dificuldades de leitura e escrita, assim como a heterogeneidade das turmas. Estes três desafios aparecem tanto em turmas de ensino fundamental quanto médio, mas são mais sentidos no 6.º ano, justamente pelas limitações que muitas escolas enfrentam ao fazer uma transição da primeira etapa do ensino fundamental para o 6.º ano.

Quando falamos de avaliação, as turmas numerosas, realidade comum na escola pública, impactam diretamente na qualidade do processo, pois, para 76% dos respondentes, o excesso de estudantes dificulta a possibilidade de avaliar com qualidade e dar retorno individualizado dos resultados. Tirando da avaliação o caráter formativo e deixando-a presa, muitas vezes, apenas na memorização de conteúdo e não na construção de habilidades e competências.

Considerando estes desafios, propomos, sem ignorar a realidade, uma reflexão para que os professores participantes da pesquisa indicassem ações que poderiam, a curto e médio prazo, resolver ou amenizar os problemas identificados.

Responsabilidade das famílias	Responsabilidade da Gestão Escolar	Responsabilidade do Estado

Maior responsabilização das famílias/participação nas reuniões/ acompanhamento das atividades/ diálogo com os estudantes/ punição de família com corte de benefícios/	Maior tempo para reuniões e planejamento / conscientização das famílias/ ações de conscientização sobre os estudos/ mais aparelhos tecnológicos/	Policiamento nas escolas/ aumento do número de turmas/ maior apoio das autoridades/ formalização de um currículo crítico/ contratação de psicólogos/ ampliação do programa Pé de meia para anos finais/

Fonte: elaborado pelos autores

Além da responsabilização de famílias, da gestão escolar e do Estado, é importante destacar, conforme Cavalcanti (2010) que o professor precisa assumir a autonomia do trabalho e refletir coletivamente sobre suas possibilidades, pois isso é um básico para intervir nas condições de trabalho e em suas melhorias.

É perceptível que muitos professores estão comprometidos com um projeto de formação, têm consciência da importância da Geografia e de como seu trabalho contribui para melhorar a vida dos alunos, como já descrito na pesquisa de Cavalcanti (2011), e esse compromisso é o que faz o trabalho diário ocorrer apesar dos desafios enfrentados, especialmente no campo da formação/atualização e falta de infraestrutura.

4. Considerações Finais

Conforme discutido amplamente na obra de Helena Callai e Lana Cavalcanti, referências para este pesquisador, ainda existe um trabalho efetivo que precisa ser realizado para garantir que a formação inicial do professor em nível de licenciatura converse de forma mais harmoniosa com a realidade da sala de aula.

A presente pesquisa evidenciou que o trabalho docente de professores de Geografia, nas últimas duas décadas, configura-se como um campo tensionado por múltiplas contradições estruturais que comprometem tanto a qualidade do ensino quanto a própria formação identitária do professor como sujeito profissional.

Os dados colhidos por meio de entrevistas semiestruturadas e questionários revelam uma realidade em que o *saber docente* — entendido aqui à luz de Tardif (2007) como amálgama plural de conhecimentos oriundos da formação, dos currículos e da experiência cotidiana — enfrenta barreiras sistêmicas que dificultam sua atualização e mobilização efetiva em sala de aula.

Um achado central deste estudo reside na constatação de que a formação inicial, por mais que ofereça fundamentos teórico-conceituais, demonstra-se insuficiente para preparar o docente para as complexidades do cotidiano escolar. A lacuna entre o aprendido na licenciatura e os desafios efetivos da prática — especialmente no que tange à gestão da indisciplina, à heterogeneidade das turmas e às defasagens em leitura e escrita dos estudantes — apontam para a necessidade urgente de reconfiguração dos currículos de formação, de modo a incorporar dimensões mais robustas de didática, gestão de sala de aula e mediação de conflitos.

A precariedade estrutural das escolas públicas investigadas — manifesta na ausência de recursos cartográficos atualizados, laboratórios, insumos básicos e, notadamente, na falta de acesso a tecnologias digitais (67% dos respondentes) — impõe limitações severas à concretização de uma prática pedagógica alinhada às diretrizes da BNCC e às demandas contemporâneas de uma educação geográfica crítica e problematizadora.

A Geografia, enquanto ciência que privilegia a análise espacial, as relações socioambientais e a compreensão do mundo em múltiplas escalas, depende intrinsecamente de recursos visuais, cartográficos e tecnológicos para efetivar-se como ferramenta de leitura crítica da realidade. A ausência destes recursos restringe o processo de ensino a uma abordagem expositiva que foca em memorização e não atinge o proposto na própria BNCC que articula habilidades e competências.

No que concerne à avaliação, os dados indicam que as turmas numerosas — expressão do subfinanciamento crônico da educação pública — impedem o caráter formativo e diagnóstico que lhe é constitutivo (HOFFMANN, 1993). Para 76% dos docentes, o excesso de estudantes inviabiliza o acompanhamento individualizado, transformando a avaliação em instrumento classificatório, desvinculado da reorganização do fazer pedagógico.

Tal distorção compromete a possibilidade de o estudante de Geografia construir progressivamente uma relação significativa com os conceitos espaciais, socioambientais e territoriais, uma vez que o retorno qualitativo sobre seu processo de aprendizagem torna-se inviável.

Nota-se que a transição do 5º para o 6º ano do ensino fundamental é um momento particularmente crítico, sugerindo que as fragilidades acumuladas na etapa inicial se acentuam quando o estudante confronta novas estruturas organizacionais, maior carga disciplinar e professores especialistas, muitas vezes sem o devido apoio institucional.

O dado alarmante de que 73% dos respondentes não participaram de formação continuada nos últimos cinco anos revela um estado de abandono profissional que contradiz as próprias lógicas do desenvolvimento do *saber docente*. Se a experiência cotidiana é, conforme Tardif (2007), fonte privilegiada de conhecimento profissional, sua potencialidade formativa depende de processos reflexivos e de interlocução com pares e pesquisadores — o que a ausência de formação continuada inviabiliza. O professor de Geografia acaba por reproduzir práticas tradicionalmente consolidadas sem os instrumentos críticos para renová-las.

As proposições dos docentes para superação dos problemas identificados — que incluem desde a punição de famílias via corte de benefícios até o policiamento escolar e a ampliação de programas assistenciais — revelam, por um lado, a descrença em relação à capacidade transformadora das políticas públicas educacionais e, por outro, a internalização de uma lógica de controle e segurança que, se implementada sem mediação pedagógica, pode aprofundar a violência simbólica e institucional contra os estudantes.

A formalização de um currículo crítico, processo em andamento no município em que atuo, e mencionada como responsabilidade do Estado, emerge como demanda particularmente relevante para a Geografia, disciplina historicamente convocada a contribuir para a compreensão das desigualdades territoriais e das injustiças socioambientais.

Como limitação do estudo, reconhece-se que a amostra, concentrada em escolas públicas, não permite generalizações para outras realidades ou para o setor privado de educação. Ademais, a predominância de docentes com mais de dez anos de experiência (80%) pode ter sub-representado as percepções de professores em início de carreira, cujas dificuldades e estratégias de enfrentamento podem diferir substancialmente.

Pesquisas futuras poderiam aprofundar a análise das trajetórias formativas e profissionais de licenciados mais jovens, bem como investigar experiências exitosas de superação das adversidades aqui mapeadas, de modo a construir referenciais mais robustos de boas práticas no ensino de Geografia.

Em síntese, este estudo contribui para o campo da Geografia Educacional ao problematizar as condições materiais e simbólicas do trabalho docente, evidenciando que as dificuldades enfrentadas pelos professores não são contingências administráveis individualmente, mas expressão de políticas públicas descontinuas e de um projeto de formação docente ainda desconectado das demandas concretas da escola pública brasileira.

Para que a Geografia cumpra seu papel formativo de ciência que instrumentaliza o sujeito para a leitura crítica e a intervenção consciente no espaço geográfico, torna-se imperativo rearticular, em escala estadual e nacional, investimentos em infraestrutura, formação continuada, condições de trabalho e currículos que dialoguem com a complexidade do mundo contemporâneo e com a diversidade dos sujeitos que o habitam.

5. Principais Referências

BASTOS, Jennifer Ester de Sousa; SOUSA, Julia Maria de Jesus; SILVA, Pollyana Mattias Narciso da; AQUINO, Rafael Lemes de. O uso do questionário como ferramenta metodológica: potencialidades e desafios. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, Uberlândia, v. 5, n. 3, p. 623-636, 2023.

BATISTA, Eraldo Carlos; MATOS, Luís Alberto Lourenço de; NASCIMENTO, Alessandra Bertasi. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 23-38, 2017.

CASTRO, Elaine de; OLIVEIRA, Ulisses Tadeu Vaz de. A entrevista semiestruturada na pesquisa qualitativa-interpretativa: um guia de análise processual. *Entretextos*, Londrina, v. 22, n. 3, p. 25-45, 2022.

CAVALCANTI, Lana de Souza. A Geografia e a realidade escolar contemporânea: avanços, caminhos, alternativas. In: *SEMINÁRIO NACIONAL: CURRÍCULO EM MOVIMENTO – PERSPECTIVAS ATUAIS*, 1., 2010, Belo Horizonte. Anais [...]. Belo Horizonte, 2010.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. *Educar*, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

GIROTTO, Eduardo Donizeti; MORMUL, Najla Mehana. O perfil do professor de Geografia no Brasil: entre o profissionalismo e a precarização. *Revista Caminhos da Geografia*, Uberlândia, v. 20, n. 71, 2019.

HOFFMANN, Jussara. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

MELO, Waisenhowerk Vieira de; BIANCHI, Cristina dos Santos. Discutindo estratégias para a construção de questionários como ferramenta de pesquisa. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, Curitiba, v. 8, n. 3, 2015.

SILVA, Lorrane Stefane; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; SALGE, Eliana Helena Corrêa Neves. Entrevista na pesquisa em educação de abordagem qualitativa: algumas considerações teóricas e práticas. *Revista Prisma*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 110-122, 2021.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.